

## A EXPERIÊNCIA DE PESSOAS SURDAS EM ESFERAS DE ATIVIDADE DO COTIDIANO

CARLA REGINA MARIN\*

MARIA CECÍLIA RAFAEL DE GÓES\*\*

*RESUMO:* O artigo analisa depoimentos de sujeitos surdos sobre os modos como participam de esferas de atividade, nas quais diferentes segmentos da população circulam em eventos do dia-a-dia (no trabalho, em casas comerciais e em serviços públicos, por exemplo). A partir de entrevistas, os achados indicam que os surdos enfrentam dificuldades em situações que, em geral, são triviais para os ouvintes. Ademais, os entrevistados mostram um reconhecimento muito parcial das condições insatisfatórias e desiguais para sua inserção nesses vários espaços, admitindo a naturalidade da dependência do ouvinte ou mesmo atribuindo ao próprio surdo a responsabilidade pelos problemas. As análises evidenciam que as mudanças políticas anunciadas realizam-se de maneira inconsistente. “A eliminação de barreiras atitudinais e de comunicação” implica o enfrentamento de questões concernentes às relações de poder entre surdo e ouvinte e não pode ser concebida como uma soma de iniciativas localizadas.

*Palavras-chave:* Surdez. Formação bilíngüe. Inclusão social.

### THE EXPERIENCE OF DEAF PEOPLE IN THE SPHERES OF DAILY ACTIVITIES

*ABSTRACT:* This paper analyzes statements of deaf subjects on the ways they participate to spheres of activities in which different segments of the population circulate in their everyday life (at work, in commercial places and in public services, for example). The interviews reveal that the deaf are faced with difficulties in situations that, usually, are banal for hearing people. Furthermore, the interviewed show a very partial recognition of the unsatisfactory and un-

---

\* Fonoaudióloga e mestre em educação. *E-mail:* carlafono@yahoo.com.br

\*\* Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). *E-mail:* mcrgoes@unimep.br

equal conditions for their insertion in these different spaces, and admit their dependency on the hearing as natural or even blame themselves for their problems. The analyses manifest that the political changes announced occur in an inconsistent way. "Eliminating attitude and communication barriers" implies coping with issues linked to the power relationships between deaf and hearing people and cannot be conceived of as a sum of localized initiatives.

*Key words:* Deafness. Bilingual training. Social inclusion.

## Introdução

No momento atual, em que começam a se delinear políticas e ações que prometem a superação de "barreiras atitudinais e de comunicação" para diversos grupos de sujeitos, sob a diretriz do respeito às diferenças, é preciso indagar sobre o que, de fato, está sendo alcançado e quais mudanças se fazem urgentes. As possibilidades e os modos de participação em variadas esferas da sociedade constituem uma questão crucial para a compreensão da realidade de vida desses grupos.

Na tentativa de contribuir para o conhecimento sobre essa questão, no que se refere às pessoas surdas, focalizamos, neste estudo, as oportunidades que estas têm de se inserir em algumas esferas de atividade nas quais diferentes segmentos da população circulam em seu dia-a-dia.

Nas últimas décadas, instaurou-se um movimento mundial em defesa do direito de indivíduos surdos a se constituírem como pessoas bilíngües, pela convicção de que a língua de sinais e o convívio com outros surdos têm um papel fundante em seu processo de formação subjetiva. Embora os debates sobre a língua preferencial para a educação de surdos e sua integração social façam parte de uma longa história, parece que só mais recentemente tem-se estabelecido uma configuração mais nítida de abordagens monolíngües e bilíngües. A argumentação em favor de uma formação bilíngüe para o surdo não se restringe à oportunidade de construir uma determinada condição sócio-lingüística (Skliar, 1998), nem se apóia na suposição de uma convivência naturalmente harmoniosa das duas línguas envolvidas ou de seus falantes (Souza, 1998; Lodi, 2004). Para nos movermos na direção de um projeto bilíngüe, as políticas devem efetivar o reconhecimento do estatuto das *línguas* de sinais e das peculiaridades culturais das comunidades de surdos, que possuem critérios de pertença e referências próprias. Trata-se, na verdade, de uma

complexa direção que envolve mudanças de mentalidade e inúmeras iniciativas para sua concretização.

O presente estudo assume como referência teórica a abordagem histórico-cultural, que privilegia a análise das funções superiores, típicas do homem, e toma como pressuposto o caráter social dessas funções, o que implica afirmar que elas não são meramente determinadas por fatores biológicos, mas sobretudo construídas na interação com outros. Nessa visão, a vida social é considerada, então, condição para o desenvolvimento humano. As relações entre vida social e individual não se enquadram numa única direção causa-efeito, pois são dinâmico-causais e comportam efeitos recíprocos.

Por isso, a formação humana não pode ser pensada e estudada às margens das condições culturais. Comumente, tende-se a pensar em cultura como algo externo, algo “pronto”, que influencia o sujeito. Essa visão reduz o papel das forças culturais, que são propriamente formativas, e negligencia o fato de que a individuação se dá dinamicamente no envolvimento em práticas sociais.

Para Vigotski (1995), a formação individual se dá em relações que se vinculam, em primeiro momento, à estrutura social de coletivos, referente ao campo interpessoal, e, em outro momento, à estrutura social da personalidade, referente ao campo intrapessoal. Ainda que a natureza de tais estruturas seja a mesma, é fundamental reconhecer que os modos de operar são distintos. Isso fundamenta a afirmação de que os processos mentais são ‘quase sociais’: “a relação entre as funções psicológicas superiores foi outrora relação real entre pessoas” (Vigotski, 2000, p. 25).

A organização da vida humana é da ordem da cultura, que é construída e transformada nas práticas sociais ao longo do tempo. Logo, é imprescindível considerar sua dimensão histórica. Em suma, a cultura emerge da sociabilidade humana e, esta, por sua vez, é condicionada historicamente. E as duas dimensões, histórica e cultural, podem ser concebidas somente no entrelaçamento com processos semióticos, como discute Pino (2000).

Dada a centralidade atribuída ao signo e, em especial, à palavra, torna-se crucial a questão dos discursos envolvidos nos encontros humanos. Conforme proposições de Bakhtin (1997, p. 316), cada sujeito assimila discursos que circulam no grupo social e, em seus dizeres, ecoa as vozes de outros; nesse sentido, o que é dito “está repleto dos ecos e lem-

branças de outros enunciados”, e cada enunciado relaciona-se inescapavelmente com outros, pois “refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles”. Ademais, o autor argumenta, todo discurso é determinado também pela resposta antecipada ou pretendida.

Nessa perspectiva, os enunciados refletem e refratam a realidade, e encontramos neles indícios de mudanças sociais, inclusive daquelas que estão emergindo (Bakhtin, 1986). Por essa razão, como lembra Freitas (2002, p. 29), os discursos constroem “uma verdadeira tessitura da vida social”.

Considerando as proposições mencionadas, neste trabalho buscamos contribuir para a compreensão das condições de formação de pessoas surdas e, mais especificamente, tomamos como foco suas experiências de inserção e participação em algumas esferas de atividade da vida do dia-a-dia. Pelas referências teóricas assumidas, entendemos que a constituição de sujeitos surdos depende menos da condição orgânica em si e mais dos modos pelos quais as relações sociais são construídas ou significadas, frente a características que configuram sua diferença, e dos modos pelos quais essa diferença é falada, olhada e julgada, em situações de maior ou menor acolhimento.

### Caracterização do estudo

O estudo envolveu entrevistas e tomou por base uma escuta dos próprios surdos,<sup>1</sup> à semelhança de outras pesquisas que têm abordado experiências escolares e outras experiências de vida desses sujeitos (por exemplo, Souza, 1998; Moura, 2000).

A situação de entrevista não deve ser vista como uma simples alternância de perguntas e respostas, uma vez que o sujeito, ao se expressar, reelabora suas experiências de vida e dá pistas sobre as condições que as produziram. Freitas (2002, p. 29), apoiando-se em formulações de Bakhtin, indica que “na entrevista é o sujeito que se expressa, mas sua voz carrega o tom de outras vozes, refletindo a realidade de seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e social”. É importante, também, salientar que o entrevistador tem uma história, um olhar teórico, certos objetivos e interesses que certamente guiam sua participação no diálogo e determinam a interpretação dos dizeres não apenas nas análises posteriores, mas durante a própria entrevista.

As entrevistas realizadas envolveram seis sujeitos surdos. Os encontros ocorreram em instalações de uma clínica-escola de fonoaudiologia que eles freqüentavam como participantes dos serviços ali oferecidos, dentro de um programa que visava a aprendizagem da LIBRAS e a troca de experiências entre surdos. A pesquisadora já estava familiarizada com esse ambiente, pois atuava como estagiária-fonoaudióloga e conhecia os sujeitos, mas não trabalhava com o grupo em questão.<sup>2</sup> As pessoas entrevistadas são mencionadas a seguir (com nomes fictícios).

Marcos, 17 anos, mora com o pai e a madrasta. Paulo, 22 anos, é casado com uma mulher ouvinte; faz o supletivo. Ana, 23 anos, reside com os pais; está tentando ingressar em uma faculdade (Curso de Pedagogia). Marcela, 28 anos, trabalha em uma fábrica; é casada com um homem surdo e tem uma filha ouvinte. João, 33 anos, é casado com uma mulher ouvinte e tem uma filha ouvinte. José, 38 anos, é casado com uma mulher surda e tem três filhos ouvintes; pretende ingressar no ensino supletivo. Todos são filhos de pais ouvintes. Os seis são fluentes em LIBRAS e apenas dois deles, Ana e José, são oralizados.

Nas situações de entrevista, houve a participação de uma intérprete de LIBRAS, uma vez que a fluência da pesquisadora nessa língua não lhe garantia a manutenção segura do fluxo do diálogo. Os sujeitos expressaram-se sempre em língua de sinais; dois deles também oralizaram em alguns momentos.

Os registros foram feitos por meio de videogravação e transcritos integralmente. A transcrição refere-se aos enunciados falados tanto da pesquisadora, quanto da intérprete. As fitas foram re-examinadas com cuidado, para verificar a compreensão recíproca entre os três participantes, principalmente a correspondência dos dizeres dos surdos com a tradução da intérprete. Essa revisão teve o intuito de identificar a ocorrência de eventuais problemas que pudessem prejudicar a construção dos dados, o que não foi constatado.

No que se refere às análises, foi inicialmente feita uma exploração geral das transcrições, a partir do roteiro prévio da entrevista (que abrangia experiências em vários espaços sociais – no âmbito familiar, nos espaços escolares, nas comunidades de surdos e de ouvintes, no trabalho, no lazer e em diferentes atividades do dia-a-dia) e em função, também, do que foi dito pelos entrevistados. A organização dos dados consistiu no estabelecimento de conjuntos temáticos dos dizeres dos sujeitos; na exposição a seguir, fizemos uma retomada de partes dessas análises.

## Depoimentos de surdos sobre a inserção no trabalho e em situações do cotidiano

Tendo em vista os temas que privilegiamos para o presente relato, os dizeres dos entrevistados serão examinados em dois tópicos: 1) inserção em ambientes de trabalho e 2) acesso a serviços e locais públicos.

É importante ressaltar, de início, que vários problemas apontados nessas duas esferas dizem respeito a fatores que afetam muitos segmentos da população que estão excluídos de benefícios da cultura, em função do modelo econômico, na atual fase de globalização, e de políticas públicas que acentuam desigualdades sociais. Embora isso não possa ser ignorado, tentaremos destacar as especificidades vinculadas à condição de surdez e a características psico-sociais da pessoa surda. E presumimos que estas especificidades intensificam, no grupo de sujeitos, aquelas dificuldades que são de outros grupos.

### 1) Inserção em ambientes de trabalho

Do grupo de sujeitos, Marcos e Ana trabalham como instrutores em projetos da clínica-escola de fonoaudiologia onde este estudo foi realizado. Marcela e João trabalham em fábricas da cidade, enquanto Paulo e José estão desempregados. Os dois entrevistados instrutores vivem uma realidade diferenciada nesse aspecto, pois o ambiente de trabalho oferece interações com pessoas que usam a LIBRAS e mantêm contato constante com a comunidade de surdos. Nossa atenção, neste tópico, orienta-se mais para os outros quatro que, ao se referirem ao emprego atual ou anterior, relatam muitas dificuldades.

Um dos problemas é relativo à resistência dos empregadores em contratar pessoas surdas. Elas sofrem o preconceito e, muitas vezes, vêem negadas as oportunidades de mostrar suas capacidades e talentos. Quando conseguem um emprego, sentem dificuldades para construir relações interpessoais e compreender a própria dinâmica do espaço laboral.

*Pesquisadora:* E antes? Onde você trabalhou?

*Paulo:* Já trabalhei de faxineiro, de pintor, trabalhei na “fábrica”, agora eu estou pensando em voltar trabalhar, fazer mesa, cadeira, janela.

*Pesquisadora:* João, me conta um pouco sobre os lugares em que você já trabalhou?

*João:* Eu trabalhei em vários lugares, por exemplo, se eu falo que eu não sei fazer um serviço eles me mandam embora, meus amigos falam que eu tenho que ter paciência, o chefe fala, fala rápido, eu olho e falo que não consigo, não consigo entender, aí meu amigo escreve para mim e eu tento entender, é difícil porque não tem intérprete, eu fico meio atrapalhado com a leitura labial, o primeiro mês lá foi bem difícil, lá em RC (cidade próxima) foi igual também, só falava, falava, até doía os olhos, não tem sinais, depois que foi ficando amigo, eu fui ensinado os sinais, eu fui fazendo amizades, expliquei o alfabeto, então eu tenho um amigo lá que sempre me ajuda, aí o chefe percebeu que eu estava nervoso, me chamou e falou que sabia que eu era inteligente também, que eu não era burro, tem que ter paciência para surdo trabalhar na fábrica, eu obedeço o chefe, ele fala, fala, eu tento entender e aprender, o chefe pergunta se entendeu, eu falo desculpa, mas eu sou surdo, só porque é surdo vai desprezar?

O local de trabalho é apresentado como mais um espaço em que há o predomínio ou a exclusividade da língua oral, além do desafio do surdo para “provar que é bom”, que “podê” tanto quanto os trabalhadores ouvintes. A referência ao modelo ouvinte perpassa a vida do sujeito surdo que, submetido a esse olhar comparativo, vai se constituindo como trabalhador não-ouvinte, ao invés de se formar e de se mostrar como trabalhador surdo. Suas conquistas são alcançadas somente se conseguir aproximar-se ao máximo do que os trabalhadores ouvintes realizam. Esse problema é ainda acentuado quando o sujeito é o único surdo na organização.

Uma questão importante foi abordada pelos entrevistados, em referência a irregularidades no cumprimento de compromissos de trabalho, que muitas vezes são vistas como irresponsabilidade e levam à demissão.

*Pesquisadora:* Porque você não está mais trabalhando na firma?

*Paulo:* Foi confusão, tinha o João que era o chefe, depois ele teve que parar de trabalhar um tempo e aí veio uma mulher substituir, falaram que eu estava faltando, mas eu não faltava, era o outro que faltava, eu não passava o cartão, foi confusão, ninguém sabia explicar o que aconteceu, eu trabalhava, trabalhava e fui mandado embora, depois quando o João voltou, eles descobriram que estavam errado e mandaram me chamar de volta, mas aí eu não quis mais, fizeram bagunça porque o outro estava de férias.

*Pesquisadora:* Porque você foi mandada embora?

*Marcela:* Fui mandada embora porque eu faltei.

*Pesquisadora:* Eu conheço outras pessoas surdas que perderam o emprego porque faltavam muito, eu queria saber se vocês recebem informações sobre o que vocês podem e o que vocês não podem fazer numa fábrica?

*Marcela:* Quando eu entrei lá eu já sabia de algumas coisas, lá o que eles falavam é que meu serviço estava bom, minha mãe nunca me aconselhou nada sobre isso, o chefe falou cuidado porque não pode faltar e eu entendi, eu gosto de trabalhar, mas quando eu estava trabalhando lá eu comecei ter dores na mão, eu tive que usar tala no braço, eu trabalhei lá seis anos, lá tinha muita fofoca, eu acho que deve ter acontecido alguma coisa, eu só faltava de domingo, acho que foi por isso que me mandaram embora, depois eu voltei lá na fábrica para saber e eles falaram que eu saí porque eu não podia faltar, mas eu não sabia que faltar de domingo não podia, eu já tinha faltado.

As falas de Paulo e Marcela, assim como as de João, já citadas, sugerem que essas irregularidades refletem as condições de trabalho em que são colocados e a forma como são recebidos, considerados e respeitados como trabalhadores. As explicações e as regras da empresa anunciadas pelo chefe são realizadas, unicamente, pela modalidade oral. Não há a presença de intérpretes, nem mesmo em alguns momentos, nessas situações formais e de grandes responsabilidades. Entendemos que o surdo deve ser cobrado profissionalmente assim como o ouvinte; no entanto, não poderiam ser privados de informações/orientações necessárias para seu desempenho. As regras e as rotinas das empresas não são óbvias. Há aspectos históricos e culturais que refletem e constituem a organização dessas empresas e as diferentes formas de lidar com o trabalhador.

Nesse sentido, ainda que os relatos apontem para a desconsideração da condição lingüística do trabalhador surdo, as restrições não estão associadas apenas à comunicação no local de trabalho, devendo-se principalmente à falta de acesso à informação nos mais variados ambientes. Geralmente, quando iniciam um emprego, as pessoas são informadas das tarefas que são específicas do setor em que vão atuar e já trazem conhecimentos de normas comuns e válidas para qualquer espaço laboral, o que permite ao trabalhador comportar-se de acordo com o esperado pela organização interna. Nas situações cotidianas, elas participam de conversas informais sobre trabalho (casos de demissão, funcionamento de diferentes empresas, acidentes de trabalho etc.) e ouvem ou lêem notícias que tratam desse assunto. Já para o sujeito surdo, essas oportunidades são bastante limitadas.

Além disso, como diz Klein (1998, p. 77), a inserção no mercado é marcada, também, pela idéia de “que os surdos devem se adequar às exigências do mercado que busca a eficiência e a lucratividade, dentro de uma lógica de normalização dos sujeitos”. Essa autora também lembra que as instituições estabelecem determinadas profissões como mais ade-



quadas para os surdos (informática, corte e costura, marcenaria, cerâmica), e essas escolhas são determinadas por questões financeiras ligadas à redução de custos, assim como por tipos de atividades que não exigem escolaridade avançada ou contato com o público.

Cabe, ainda, mencionar a situação de José, que está desempregado e vende adesivos e chaveiros nos sinaleiros e terminais. Atividades como essa reforçam a visão dominante da sociedade, que já é marcada por pena, por caridade para com o “deficiente”. Nesse caso, o surdo não se opõe, mas se subordina à marginalização da qual é vítima, o que nos reporta às palavras de Perlin (1998, p. 55), ao alertar para o fato de que “o indivíduo surdo faz parte dos movimentos marginalizados” e “qualquer comportamento negativo de sua parte provoca distorções e estereótipos”, que acenam a situação de dominação e o discurso de poder do ouvinte.

## 2) Acesso a serviços e locais públicos

As entrevistas abrangeram também conversas sobre a forma pela qual os sujeitos atuam em espaços tais como casas comerciais, bancos, setores de atendimento à saúde etc.

*Pesquisadora:* Aqui [na cidade], quando você vai aos lugares, por exemplo, na padaria comprar pão, no mercado, como é que você faz?

*José:* Eu procuro ir nos lugares que as pessoas já me conhecem, se eu vou em lugar diferente, eu olho o preço e peço: quero isso, me dá tanto, às vezes também está no papel, eu leio

*Pesquisadora:* E em lugares públicos, como é? Você vai sozinho, por exemplo, em uma padaria ou em uma loja comprar uma roupa?

*João:* Eu consigo me comunicar normal, OK, eu vejo os nomes das coisas, já conheço como é, no banco não, no banco sozinho é difícil, minha esposa [ouvinte] vai junto para ajudar, na farmácia também, ela tem que ajudar, no ônibus normal, eu sei ir para lugares diferentes, agora tem surdo que nem consegue, eu sei comprar as coisas, somar quanto ficou, tem surdo que não sabe, se algum surdo vai comigo e eu pergunto, não sabe, eu sei os preços, os sinais das coisas, minha filha vai comigo, normal, ela já está aprendendo, agora tem surdo que até hoje não sabe, eu sou surdo, mas eu sei essas coisas, os outros surdos fazem muita confusão; por exemplo, comprar roupa, eu sei que tem crediário, que vai pagar só no mês que vem, tem surdo que nem sabe que existe isso, que pode dividir, se eu vejo que vai dar confusão aí eu levo minha esposa junto, se tem que assinar algum papel eu levo minha esposa junto

Esses entrevistados sugerem que se situam bem nas atividades em estabelecimentos comerciais, mas reconhecem que problemas de comunicação estão sempre presentes. O mesmo aparece nos comentários dos outros surdos.

*Paulo:* Por exemplo, no supermercado, eu olho as coisas, vejo os preços e no outro dia eu volto para comprar, normal, comunicação (...) se nos lugares alguém fala alguma coisa pra mim, eu falo que eu sou surdo, aí eles mostram no papel.

*Marcela:* Eu não tenho dificuldade, normal, não tenho dificuldade (...) eu peço tanto, mostro tanto [mostra números com a mão], por exemplo, no supermercado a moça fala o valor da compra, eu aviso ela que eu sou surda, aí ela mostra o valor no papel, eu pego o dinheiro na carteira e pago.

*Marcos:* Meu pai sempre ajuda, no mercado é fácil, pega as coisas, põe no carrinho e paga no caixa, no banco também é fácil, eu não tenho dificuldades com isso, é fácil (...) [na loja] eu vou sozinho, é muito fácil, eu mostro o que eu gosto, o que eu não gosto e compro, por exemplo, eu gosto de uma roupa, experimento e compro, se é feio eu não compro.

*Ana:* Eu entendo tudo, peço para falarem devagar, normal.

Assim, todos enfatizam que não têm dificuldades para lidar com compromissos cotidianos e se preocupam em mostrar que dão conta de realizar essas tarefas. Mas tudo sugere que as interações se limitam unicamente a garantir o objetivo (uma compra, uma operação bancária) e que os contatos estabelecidos nessas situações são bastante restritos. Por isso, precisam da ajuda de um familiar ouvinte ou procuram lugares com pessoas conhecidas. Essas experiências provavelmente reforçam a visão de dependência construída já nas primeiras experiências familiares e educacionais, o que pode levar o próprio surdo a entender que a falta de autonomia é uma decorrência natural da surdez, sem reconhecer que é em grande parte causada pela desconsideração desses espaços frente a sua diferença. Essa visão acaba por estender-se à vida adulta. Nessa linha, notamos que os sujeitos não reclamam explicitamente da falta de estrutura e de condições favoráveis para atendê-los, como se isso não fosse um direito.

A entrevista também abordou a relação com setores de saúde, em especial o consultório médico.

*Pesquisadora:* E quando você tem que ir ao médico? Conta um pouco como você faz, como é sua relação com um médico?

*Marcela:* Minha mãe sempre foi junto comigo, eu explico pra ela em casa o que está acontecendo, a dor que eu estava sentindo, ela falava para o médico, o médico falava para ela e depois ela me explicava o que o médico falava, mas minha mãe demorava para me explicar, eu também já fui sozinha e aí eu tentava mostrar o que eu tinha, mas era um ortopedista que eu já conhecia, eu já estava acostumada com ele, era fácil porque ele falava devagar comigo.

*Pesquisadora:* E quando você precisa ir ao médico? Como você faz?

*Marcos:* meu pai sempre vai junto, eu explico para ele o que eu tenho e ele explica para o médico, outra pessoa não, só meu pai (...) porque eu já estou acostumado, eu confio nele, tenho medo de explicar para outra pessoa e não entender certo e falar errado para o médico, é melhor meu pai junto (...) eu não tenho vergonha, meu pai vai junto comigo porque, por exemplo, o médico vai ficar perguntando um monte de coisas e não vai ter como explicar, meu pai me entende, é mais fácil, rapidinho ele explica para o médico.

Os dois entrevistados contam que, para consultas médicas, sempre vão acompanhados, dada a necessidade de um intérprete para permitir a exposição dos motivos que os levaram a procurar o médico e garantir a compreensão da fala desse profissional. Isso configura não apenas uma limitação na autonomia, mas também a redução da privacidade, muitas vezes crucial para o diagnóstico e o tratamento (ainda que prefiram acompanhantes em quem confiam).

A dependência de pessoas próximas pode ocorrer com qualquer adulto, por razões que afetam também os surdos (necessidade de apoio ou compreensão de instruções do médico). Contudo, para esses últimos, a razão principal é a reduzida possibilidade de diálogo, por não terem domínio pleno da língua oral e pela ausência de interlocutor que use a língua de sinais. Por exemplo, Marcela, que já é casada, mostra-se constrangida, ao dizer que continua precisando de acompanhamento da mãe. Experiências semelhantes foram relatadas por Paulo e Ana. Apenas João e José preferem ir sozinhos às consultas.

*João:* Eu vou sozinho, tento explicar o que está acontecendo, falo onde dói, eu fico esperto para entender o que ele está falando, se é injeção, eu pergunto para que serve, mas tem surdo que não consegue ir no médico sozinho, eu conheço um monte de surdo que não sabe, o médico explica como que toma o remédio, se pode comer ou não alguma coisa, eu entendo tudo isso, mas tem surdo que não sabe, é perigoso, e se vai no médico e não entende tudo certo, não pode, vai morrer? Tem que prestar atenção.

*José:* Eu já conhecia o médico, o médico já era amigo, já era conhecido, o médico já sabe conversar, ele lê a boca, ele conversa devagar comigo, somos amigos, eu já conheço, não tem problema.

Nos relatos apresentados, não há solicitação de intérpretes preparados para a área de saúde ou de algum agente que conheça a língua de sinais e possa atuar junto aos profissionais; ou seja, novamente não aparecem reivindicações desses sujeitos sobre os serviços que lhe são oferecidos. João não questiona sobre esse direito, assim como os outros, e ainda diz, em acréscimo, que é obrigação do próprio surdo saber ir ao médico sozinho e interagir, sem ajuda, com esse profissional ouvinte. Atribui ao surdo a responsabilidade pela efetividade do atendimento de saúde, da mesma forma que salientou, ao comentar as atividades de compras, a desinformação do surdo sobre procedimentos e oportunidades do comércio (como o crediário). Sua fala reflete o discurso ainda predominante: é o surdo que tem que se integrar às condições tais como elas se apresentam.

Os entrevistados também mencionaram locais públicos que propiciam oportunidades de interação com amigos e familiares, como o *shopping* e a igreja.

*João:* Agora eu sou casado, tenho filhos, às vezes, os surdos chamam para sair, mas eu não vou não, eu gosto da minha esposa, estou bem com ela, é bom ir no shopping, festa da família, viajar junto com a família dela, só isso.

*Marcos:* Às vezes, eu vou na pista [de skate], às vezes, eu vou no shopping comer pizza, quando tem festa e me chamam eu vou.

*Marcela:* Eu gosto de passear, minha filha também não gosta de ficar em casa, ela fica nervosa, eu tenho que pegar ela para passear na rua e ela fica toda contente, eu vou no shopping, vou no supermercado, churrasco junto com a família.

De fato, é comum a presença de pessoas surdas em *shoppings*, um local que parece propício para que se encontrem, conversem ou passem, de forma agradável e presumivelmente segura. É um ambiente que, em princípio, não apresenta obstáculos para a diversão das pessoas surdas, como ocorre, por exemplo, com o teatro e o cinema. A frequência à igreja foi mencionada por dois entrevistados.

*João:* A gente vai na igreja, eu não gosto de sair muito não, antes, eu saía demais, mas agora eu estou casado, trabalho bastante, amigos tem menos.

*Ana:* De domingo eu vou para a igreja, lá tem intérprete, eu fico com os surdos, no sábado eu estudo (...) Batista, lá tem intérprete, minha família é católica, eu gosto da Católica, mas na Batista tem intérprete.

João vai à igreja, ao que parece, pela convicção religiosa que partilha com os familiares ouvintes e não faz qualquer menção ao fato de ser um freqüentador surdo. Já Ana parece ter motivação diferente; não hesita em dizer que sua “escolha religiosa” deve-se à possibilidade de encontrar outros surdos, contar com a presença de intérprete e ver considerada sua língua.

Resumindo os achados nos dois tópicos, os entrevistados, apesar de alguma diversidade nos relatos, indicam que, nos espaços abordados, o grupo social não reconhece a diferença lingüística e os direitos da pessoa surda. Suas experiências de trabalho (atual ou anterior) são marcadas por dificuldades para compreender regras, obrigações e direitos de trabalhador; mais especificamente, sequer conseguem comunicar-se com seus chefes e outros trabalhadores, exceto quando algum parceiro ouvinte dispõe-se a colaborar. Em lojas, supermercados, bancos e clínicas médicas, vivenciam relações interpessoais restritas, pois nesses espaços há o uso exclusivo da língua oral. Transitam por esses espaços de maneira muito insatisfatória e, em geral, mesmo na vida adulta, tudo depende da companhia de um familiar ouvinte ou eventualmente de uma pessoa conhecida. Quase sempre inexistente a figura do intérprete e, com isso, participam parcialmente ou de forma tutelada, não encontrando interlocutores que compartilhem do mesmo território lingüístico ou compreendam características e necessidades dos sujeitos surdos.

Essa realidade nos remete às palavras de Skliar (1998, p. 51), ao dizer que “são muitos os testemunhos de surdos que, ao fazer referência a seu passado educativo, invocam a imagem de serem estrangeiros, forasteiros, exilados”. Indicações dessa “situação de estrangeiro” ou da ausência de respeito a especificidades lingüísticas e culturais de pessoas surdas podem também ser encontradas em estudos que focalizam, a partir de diferentes posições teórico-metodológicas, depoimentos de surdos sobre suas experiências na escola ou em outros contextos (por exemplo, Góes, 1996; Botelho, 1998; Souza, 1998; Moura, 2000; Teixeira, 2004; Tartuci, 2005). Se, por um lado, os achados reiteram a problemática do sentir-se estrangeiro, dependente, inferior etc., por outro, julgamos que eles contribuem ao expor uma pequena amostra

dos obstáculos que os sujeitos continuam a enfrentar cotidianamente, em atividades tão facilmente acessíveis para os ouvintes, que a sua importância “passa ao largo” da vista de muitos dos atuais defensores de uma sociedade democrática e inclusiva. Os obstáculos (nem sempre assim reconhecidos pelos entrevistados) mostram a persistência de condições sociais muito insatisfatórias de escolarização, de capacitação para o trabalho e, mais amplamente, de formação pessoal dos surdos.<sup>3</sup>

### Comentários finais

Os dados, mesmo tendo sido baseados num pequeno número de entrevistas, sugerem várias possibilidades de desdobramento da discussão. Optamos por fazer apenas dois apontamentos finais.

O primeiro diz respeito à maneira como as dificuldades são consideradas pelos sujeitos. Quando se reportam ao trabalho, tendem a ser críticos, explícita ou implicitamente, em relação ao tratamento que recebem nos ambientes; falam de preconceitos e escassez de oportunidades; mostram indignação. Entretanto, nos relatos sobre outras esferas de atividade, não contestam os empecilhos que se apresentam; alguns dizeres chegam a configurar um claro conformismo e a culpabilização das próprias pessoas surdas pelas limitações vivenciadas. Isto é, os sujeitos não reivindicam iniciativas de um tratamento mais favorável à pessoa surda (por exemplo, na consulta médica, no uso do crediário numa loja). Nesses casos, a dependência é vista como natural e o almejado, no máximo, é o respeito às suas características de locutor não-fluente.

Em termos gerais, interpretamos a aceitação desse cenário como efeito da histórica relação de poder ouvinte-surdo e a assimilação (no sentido dado por Bakhtin, 1997) de discursos que naturalizam a inferioridade do surdo. Isto é, a forma como esses surdos se percebem hoje reflete a internalização de suas experiências em diferentes coletivos, o que recorda a afirmação de Vigotski (2000, p. 25): “eu me relaciono comigo tal como as pessoas relacionaram-se comigo”.

Mas é importante lembrar que, na dinâmica das relações sociais, há diversidade nas experiências assimiladas ou internalizadas, razão pela qual os conhecimentos, ações, dizeres, atitudes e valores de uma pessoa não formam um bloco homogêneo. Assim, em relação aos entrevistados, a resistência à atribuição de inferioridade é manifestada de

modo variável por diferentes sujeitos ou por um mesmo sujeito, no que concerne a diferentes temas.

A maior visibilidade que os problemas no trabalho assumem para o grupo (dependência, exclusão, negação da diferença e desconsideração de potencialidades) pode decorrer do fato de que vêem essa esfera como caminho para a conquista de autonomia, cidadania e qualidade de vida. As críticas, em termos do que analisam e contestam, assemelham-se ao tom que, geralmente, os surdos (inclusive os entrevistados) assumem ao avaliar as experiências formativas na escola.

Quanto às outras situações abordadas, eles as encaram com aparente resignação, talvez por conceberem esses espaços como tendo valor pessoal menos forte; ou talvez, na verdade, por sentirem maior insegurança, como um “estrangeiro” que se coloca em situações menos previsíveis. O não-reconhecimento de direitos, nesses casos, leva-nos a pensar sobre a necessidade de políticas públicas que permitam a formação de pessoas surdas com maior reflexividade dos membros da comunidade de surdos sobre seus deveres e direitos. Longe de sugerir um caminho paternalista, julgamos que é importante incentivar e acolher ações das comunidades de surdos, e que cabe a estes também buscar suas conquistas. Nisso, muitos conflitos estão implicados, mas o surdo pode “multiplicar saberes”, nos encontros com outros surdos e com ouvintes, em variadas situações, quando consegue reconhecer as necessidades de sua comunidade, problematizar concepções subordinadas à ideologia do ouvinte, criticar e reivindicar ações coletivas que elevem sua qualidade de vida. A esse respeito, vale recordar o argumento de Skliar (1999, p. 11):

A consciência de pertencer a uma comunidade diferente é uma possibilidade de articular resistência às imposições exercidas por outras comunidades, ou grupo dominantes. Sem essa consciência “oposicional”, o surdo viverá no primeiro e único lugar possível, onde somente poderá desenvolver mecanismos de sobrevivência.

O segundo apontamento sobre os dados diz respeito à tendência de nossa interpretação. As críticas que fazemos frente à realidade do grupo entrevistado poderiam gerar a réplica de que um projeto bilíngüe (não só no sentido “escolar”) implica que o surdo domine duas línguas, ou seja, também aquela do grupo majoritário e, dessa maneira, é compreensível que ele tenha de enfrentar e aprender a superar os obstáculos aqui apontados. Contudo, cabe perguntar: As políticas públicas estão de fato

criando oportunidades para a formação do surdo como pessoa bilíngüe? As práticas sócio-educacionais para sua aprendizagem da língua portuguesa foram aprimoradas? As iniciativas para vivenciar interações mediadas pela LIBRAS, principalmente as destinadas a crianças, estão sendo implementadas de maneira propícia e em fase precoce?

Mesmo que as respostas a essas perguntas fossem afirmativas (e não são, apesar de algum avanço), devemos lembrar que, para o surdo, ser pessoa bilíngüe não o transforma em ouvinte. Logo, o grupo social deve encarar os obstáculos como um problema que não é solucionável apenas da parte do coletivo de surdos.

Outro equívoco da suposta réplica está em que não só o surdo deve ser bilíngüe, como se ele fosse comunicar-se em LIBRAS com outros surdos e em Língua Portuguesa com ouvintes. É preciso também que haja ouvintes bilíngües; não apenas intérpretes, alguns professores e um ou outro profissional de saúde com boa vontade. Não se trata de uma questão exclusivamente “lingüística”, nem de um caminho de mão única. Caso contrário, não seria um “projeto bilíngüe” e o uso da língua de sinais estaria circunscrito a poucos espaços (na comunidade de surdos e, em parte, na escola ou, eventualmente, num setor clínico).

Nessa perspectiva, fica nítida a complexidade da promessa de “superar barreiras atitudinais e de comunicação”, um dos lemas da inclusão social e escolar. Pelos relatos dos sujeitos, constatamos que essas barreiras estão presentes em toda parte, em atividades cotidianas comuns, e podemos derivar outros exemplos de problemas de acesso: o correio, a prefeitura, os órgãos do judiciário e da segurança etc. Assim, ainda que as áreas da educação e da saúde sejam fundamentais, na construção de novos caminhos na área da surdez não podemos esperar que, primeiro, avancem os projetos de inclusão escolar e educação bilíngüe (ainda controvertidos e em experimentações iniciais), para então buscar um aumento de inserção laboral (tão problemática, dada a conjuntura socioeconômica) e para explorar programas que tragam outros acessos ao surdo. Várias coisas precisam ser pensadas ao mesmo tempo.

Entretanto, das instituições que podem contribuir para mudanças, destacamos a escola. Mesmo rejeitando a idéia de que seja uma instituição redentora ou que promova por si a igualdade social, acreditamos que ela pode e deve participar desse processo. Nela podem ser projetados ambientes efetivamente bilíngües (em arranjos educacionais, inclusive de escolas



para surdos) e propostas que conduzam à apropriação de conhecimentos sistematizados, à aprendizagem da língua portuguesa, particularmente a escrita, e à compreensão de esferas de atividade da cultura. Não é uma tarefa fácil, nem de curto prazo, mas, no cenário de hoje, o núcleo dessa ação da escola é um compromisso intransferível.

*Recebido em outubro de 2005 e aprovado em fevereiro de 2006.*

### Notas

1. Este texto contém uma retomada de análises de um projeto que teve um objetivo mais amplo – de buscar relações que podem ser estabelecidas entre qualidade de vida e o modo pelo qual os sujeitos se significam como surdos e se percebem significados pelo outro em diferentes contextos de suas vivências (ver Marin, 2004). Assim, as entrevistas abrangem outros temas que não são expostos aqui, tais como experiências no âmbito familiar, nos espaços escolares e nas comunidades de surdos e de ouvintes.
2. A primeira autora, que realizou as entrevistas, será referida como pesquisadora. Esclarecemos, ainda, que não está incluído um dos entrevistados no estudo mais amplo, que não era fluente em LIBRAS, nem usuário do programa dessa clínica.
3. Esse problema aparece nitidamente nos outros dados das entrevistas, analisados por Marin (2004), em relação a vários temas, dentre os quais a interação com familiares, as experiências escolares, as oportunidades de lazer e as relações de amizade entre surdos e ouvintes.

### Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BOTELHO, P. *Segredos e silêncios na educação de surdos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- FREITAS, M.T.A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 1, n. 116, p. 21-40, 2002.
- GÓES, M.C.R. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- KLEIN, M. Os discursos sobre surdez, trabalho e educação e a for-

mação do surdo trabalhador. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 75-93.

LODI, A.C.B. *A leitura como espaço discursivo de construção de sentidos: oficinas com surdos*. 2004. 282f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MARIN, C.R. *Educação e promoção da saúde: um olhar para as condições de vida do sujeito surdo e sua formação social*. 2004. 128f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

MOURA, M.C. *O surdo – caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

PERLIN, G.T.T. Identidades surdas. SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 51-74.

PINO, A. O social e o cultural na obra de Lev S. Vigotski. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 71, p. 45-78, jun. 2000.

SKLIAR, C. Uma análise preliminar das variáveis que intervêm no Projeto de Educação Bilíngüe para os Surdos. *Espaço*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 49-57, 1997.

SKLIAR, C. Bilingüismo e biculturalismo: uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 8, p. 44-57, maio-jun.-jul.-ago. 1998.

SKLIAR, C. A localização política da educação bilíngüe para surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. vol. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 7-14.

SOUZA, R.M. *Que palavra te falta?* Lingüística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TARTUCI, D. *Re-significando o “ser professora”*: discursos e práticas na educação de surdos. 2005. 180f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

TEIXEIRA, K.C. *A constituição do indivíduo surdo e a institucionalização da surdez*: adaptação e resistência. 2004. 120f. Dissertação (Mestrado

Carla Regina Marin & Maria Cecília Rafael de Góes

em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

VIGOTSKI, L.S. *Problemas del desarrollo de la psique. Obras Escogidas* – vol. 3. Madri: Visor, 1995.

VIGOTSKI, L.S. Lev S. Vigotski: o manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 71, p. 21-44, jun. 2000.